

O ERRO: UMA PERSPECTIVA DE MUDANÇA

Luiz Eduardo Simões de Burgos (UESB/UFBA)

eduardoburgos@bol.com.br

Izabel Cristina Lima Dias Rocha (UNEB/UFBA)

izabelrocha2@hotmail.com

1. Introdução

O nosso povo, os nossos estudantes, as nossas crianças precisam viver ativamente. E viver ativamente é ter o mínimo de participação nas mudanças que atravessam o nosso país, as modificações pelas quais passam a nossa sociedade e nas transformações que ocorrem em nossa comunidade. E é na escola onde tudo deveria começar.

Trataremos, neste trabalho, da noção de “erro”. É sabido que o mesmo provoca um tipo de preconceito que se arraigou em nossa sociedade: o preconceito linguístico, no qual os falantes da norma não padrão são tidos como incompetentes apenas por falarem uma modalidade diferente da norma padrão. Buscaremos, então, demonstrar que não há incompetência, pelo contrário, o que há, na verdade, é um grande conhecimento implícito dos mecanismos da língua.

De início, abordaremos os conceitos de “erros” e o que pensam os linguistas a respeito do julgamento dos gramáticos e a comparação do considerado “erro” do português não-padrão com o que ocorre com o inglês padrão.

O segundo ponto a tratar é o “erro” e o preconceito, no qual mostraremos as consequências do preconceito linguístico que sofrem as pessoas usuárias da norma desprestigiada. Também trataremos da habilidade que tem o falante de adaptação aos novos fenômenos linguísticos nos mecanismos de funcionamento da língua.

No terceiro e último tópico, abordaremos o “erro” e a intencionalidade do texto, demonstrando que em qualquer modalidade da língua encontrar-se-á a cultura do seu povo, independentemente da presença dos tais “erros”. Chamamos, também, a atenção para o fato de que, na maioria das vezes, o professor despreza a intencionalidade, a cultura do aluno, inseridas no texto, valorizando apenas os fatores ortográficos.

2. As visões sobre o “erro”

O erro em linguagem tem sido visto como aquilo que, na produção linguística, destoa ou é diferente de uma outra realização tomada como modelo ou padrão. (FIGUEIRA, 1996, p. 55).

Segundo Possenti (1997), o conceito de erro será diferente para cada definição de gramática. O autor diz, ainda, que para a gramática normativa erro é tudo aquilo que foge à variedade, que foi eleita como exemplo de boa linguagem. Para a gramática descritiva, só existe erro quando há ocorrência de formas ou construções que não fazem parte, de maneira sistemática, de nenhuma das variantes de uma língua.

Equivocadamente, tem-se a ideia de que erro é tudo aquilo que é desviado da linguagem padrão, tanto na escrita quanto na fala, porém os chamados “erros” são explicados cientificamente como processos naturais da língua. Observem o que dizem os gramáticos.

Não é admissível que um alfabeto tão restrito (apenas 23 letras) se cometam tantos erros ortográficos pelo Brasil afora. Estude com cuidado este capítulo para integrar o grupo de cidadãos que sabem grafar corretamente as palavras da língua portuguesa. (CIPRO NETO & INFANTE, 1997, p. 33).

... português estropiado que no Brasil se fala, língua de gíria, língua sem peças sintáticas, língua de flexão arbitrária, língua do “deixô vê”, do “mande ele”, do “já te disse que você”, do “não lhe conheço”, do “fiz ele estudar”... (ALMEIDA, 1994).

O desvio do padrão, principalmente na fala, serve de estudo científico para observar as variações e mudanças da língua, pois se sabe que o “erro” de hoje pode amanhã ser considerado como o correto. Tem-se a exemplo disso, o uso da próclise e da ênclise no português padrão. Na época do descobrimento, o uso da próclise no início de frase era considerado correto, depois, por questões sociais, políticas, passou-se a adotar a ênclise como padrão. No inglês padrão, por exemplo, em uma frase, a marca do plural é feita apenas em um elemento, conforme os exemplos:

(1) *The beautiful woman* (singular)

(A mulher bonita)

(2) *The beautiful women* (plural)

(As mulheres bonitas)

Como se pode ver, o que ocorre é exatamente igual à marca do plural do português não-padrão. No entanto, os usuários desse último são

estigmatizados, pois no português padrão há necessidade de marcar o plural em todos os elementos, como se pode observar nos exemplos:

(3) Os menino caiu (português não padrão)

(4) Os meninos caíram (português padrão)

Bagno (1997) atribui ao português não-padrão o título de “língua enxuta”, porque, segundo ele, esta modalidade não é redundante como a padrão. Então é possível afirmar que o “certo” e o “errado” estão ligados às questões socioeconômicas e políticas.

Entretanto, não se pode dizer que não existe “erro de português”. Constitui-se “erro de português” a produção de sentenças agramaticais, ou seja, aquelas que violam as regras de funcionamento da língua, como nestes exemplos:

(5) Menino gato pegou o.

(6) Livro rasgou menino.

Então, “podemos até dizer que existem erros de português só que nenhum falante nativo da língua os comete”. (BAGNO, 1999, p. 125).

3. O “erro” e o preconceito

Ninguém comete erros ao falar sua própria língua materna, assim como ninguém comete erros ao andar ou ao respirar. Só se erra naquilo que é aprendido, naquilo que consiste um saber secundário, obtido por meio de treinamento, prática e memorização: erra-se ao dar um comando ao computador, erra-se ao tocar piano, erra-se ao falar/escrever uma língua estrangeira. A língua materna não é um saber desse tipo; ela é adquirida pela criança desde o útero, é absorvida junto com o leite materno. Por isso, qualquer criança entre 3 e 4 anos de idade (9se n/ao menos) já domina plenamente a gramática de sua língua. (BAGNO, 1999, p. 124).

Consegue-se demonstrar, através de estudos linguísticos, que, na verdade, o falante de uma língua é capaz de identificar e julgar se uma frase é ou não boa, para aquela língua e que, sendo capaz de tal feito, é, obviamente, conhecedor da língua. Salientando que esse conhecimento independe do grau de instrução do falante.

Sem dúvida, o papel primordial que a língua tem é o de servir de meio de comunicação, porém aqueles falantes que a usam numa variante

que não é prestigiada, que não é a tida como a padrão, passam a sofrer rejeições por parte da sociedade, que os estigmatiza. E esse falante de tanto ouvir dizer que ele não sabe a sua língua, começa a crer nisso. Passa, então a sentir-se inferiorizado, pois é sabido que é a língua que dá ao indivíduo consciência de cidadania, e, logo, de identidade. Sentindo-se inferiorizado, ele não se vê como conhecedor que é as sua própria língua, e consequentemente, como cidadão.

Portanto, é possível notar que o preconceito que existe contra aqueles, que segundo a norma padrão, cometem “erro”, traz consequências nefastas, pois tais falantes perdem a consciência de que dominam uma das modalidades da sua língua, que são conhecedoras dela, e que por não dominarem a modalidade padrão da língua, não são menos conhecedores da sua língua.

Gnerre (1985) chama a atenção para a discriminação que acontece em torno do uso da língua. Segundo ele, os princípios democráticos não aceitam nenhum tipo de discriminação, como base nos critérios de raça, religião, credo político, mas “abrem uma brecha” para a discriminação que se baseia nos critérios da linguagem, pois ela pode ser utilizada para impedir a difusão da informação. Isto é notado quando a comunicação é feita usando a norma culta, apesar dessa modalidade da língua servir a poucos falantes, e assim mesmo, esses falantes só a utiliza em determinados contextos, os quais, quase na sua totalidade, na linguagem escrita.

Também Perini (1997), Mattos e Silva (2004) enfatizam a questão do preconceito linguístico, e dizem que existem duas línguas no Brasil: o português, que é a língua oficial, a que se manifesta na escrita; e o vernáculo, que é a língua falada, a língua do dia-a-dia, a qual não está presa a normatividade. Ele faz notar que não é permitido nem escrever no vernáculo, nem falar no português, porque se o falante assim o fizer, passa a sofrer preconceito, o que, com toda certeza, contribuirá para que esse indivíduo não consiga definir a sua identidade linguística.

Por causa disso, muitas pessoas acham que por não dominarem a gramática normativa, não possuem uma gramática, mas é preciso que se diga que a gramática de uma língua é muito mais que um livro escrito sobre ela. A gramática de uma língua é um conjunto de normas que a regem e que nem sempre estão escritas. Então, marginalizar um indivíduo por cometer “erro”, segundo a gramática normativa, é menosprezar o domínio que cada falante tem sobre a sua língua, é não levar em conta a criatividade linguística de suprir as necessidades de usos, uma vez que

algumas regras prescritas pela gramática normativa já não são mais usadas, o que torna imprescindível a adaptação dos novos fenômenos linguísticos aos mecanismos de funcionamento da língua, como neste exemplo:

(7) Encontrei ele quando saia do cinema

Observa-se no exemplo (7) que o falante usa o pronome sujeito no lugar do clítico “o”, já que este está em processo de desaparecimento (o pronome sujeito é usado nessa posição para preencher o lugar do objeto), e tais adaptações só podem ser feitas por quem conhece as regras da língua, provando assim que o falante domina as regras de sua língua.

Para mim, é um verdadeiro atentado aos direitos do cidadão e da pessoa humana dizer que são formas erradas “eu vi ele chegar” ou “aluga-se casas” ou “me dá um tempo” ou “eu vou no cinema” ou “assistir o filme” (...) Condenar essas formas de uso da língua – que já foram inclusive consagradas pelo uso da língua dos escritores deste século – é o mesmo que recusar um emprego a uma pessoa negra, ou não querer pagar um salário decente a uma pessoa porque é mulher, ou achar certo uma pessoa ser espancada porque é homossexual, ou considerar uma pessoa merecedora de deboche e zombaria porque é nordestina, como acontece nas novelas da televisão, onde todo personagem nordestino é fatalmente uma caricatura grotesca. (BAGNO, 1998, p. 86-87).

É evidente que a maioria dos falantes não domina a gramática normativa, uma vez que esta não é por ela utilizada, mas, sim, imposta por questões políticas, econômicas e sociais. Embora não seja tida como padrão, a maioria dos falantes usa uma gramática que possui regras lógicas que nem sempre podem ser vistas na gramática normativa.

4. O “erro” e a intencionalidade do texto

“A língua não é uma estrutura, uma superfície plana, um objeto perfeito, cujo funcionamento poderia ser calculado independentemente dos falantes que o afetariam apenas em determinadas condições.” (POSSENTI, 1995, p. 20).

Como se sabe, a língua é um veículo de circulação de cultura de um povo. Através da língua o ser humano estabelece com o outro relações, as quais não se limitam à troca de informações, pois fazendo uso dela o falante emprega o seu conhecimento de mundo (a semântica, a pragmática, o conhecimento intuitivo da sintaxe). Pode-se verificar isso através do uso de frases ambíguas, que, a depender do contexto, terão sentidos diversos. Então é notório que o uso da linguagem não serve ape-

nas para a comunicação, mas também para persuadir, agredir, confundir. E é, justamente, a ambiguidade que possibilita a compreensão da língua não como código, porque se assim fosse, tudo teria exatamente um único sentido, mas como algo dinâmico, impregnado do saber, da cultura do povo que a usa.

Sendo a língua um veículo de cultura, pode-se dizer que não há maneira de falar que seja a “certa”, pois em todas as variantes, encontram-se impregnada a cultura do povo que utiliza. O que há, na verdade, é que sendo uma das variantes tida como padrão, associa-se a ela a ideia de que somente nesta a cultura se apresenta, mas isso é um equívoco, porque em todas as modalidades observam-se traços que caracterizam a cultura daqueles falantes, independentemente da presença do “erro”. Porém, para que ocorra o efetivo funcionamento da linguagem e, consequentemente, a circulação da cultura, é necessário que o emissor e o receptor interajam, fazendo inferência semânticas, pragmáticas e completem a sintaxe das frases, no que estarão implícitos marcas de fatores culturais, ideológicos e históricos.

Assim sendo, necessário se faz que, em sala de aula, o professor não se preocupe apenas com os “erros”, mas que, primordialmente, observe a intenção que o aluno teve ao produzir seu texto, pois mesmo não utilizando a variante culta o aluno transmite o seu pensamento, a sua cultura. Observem o que diz Possenti:

“Por mais distante que a linguagem do aluno esteja da variedade padrão, ela é extremamente complexa, articulada, longe de ser um falar rudimentar e pobre...” (POSSENTI, 1996, p. 83). E mais adiante continua: “Se a escola desconsiderar essa riqueza linguística que a criança traz – seu capital linguístico – estará pecando pela base, desperdiçando material extremamente relevante.”. (*Ibidem*).

5. Considerações finais

O “errado” e o “certo” constituem convenção e como tal independem de lógica, mas sim de questões políticas, econômicas e sociais. Assim, o conceito de erro dependerá da cada tipo de gramática. O que se chama “erro” hoje pode ser uma perspectiva de mudança amanhã.

Através do estudo, foi possível observar que o chamado erro nada mais é que adaptações que o falante nativo faz, sem, contudo, violar a estrutura da língua, mostrando que o falante nativo é capaz de identificar e

julgar se uma frase é ou não boa, além disso, demonstra que tal falante é, inequivocamente, conhecedor de sua língua.

Apesar disso, os falantes usuários de uma variante não-prestigiada é considerado como burro, incompetente e, assim, passa a sentir-se inferiorizado, já que é a língua que dá ao indivíduo consciência de cidadania, e, logicamente, de identidade. Desse modo, o falante não acredita ser conhecedor da sua língua, e isso traz consequências nefastas. Portanto, é necessário erradicar o preconceito que existe contra os que não utilizam a norma padrão, pois os falantes nativos são competentes no uso de sua língua.

É preciso que se diga que o professor de língua deve mostrar aos alunos que eles são competentes, que eles são conhecedores de sua língua, o que não quer dizer que vale tudo, que há um padrão, mas este não é linguisticamente superior a nenhuma outra variedade da língua. Então, ao professor cabe alertar aos alunos sobre a necessidade de adequar a sua linguagem com quem e onde se fala, tornando-se poliglota dentro da sua própria língua.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Napoleão M. de. *Dicionário de questões vernáculas*. 2. ed. São Paulo: LCTE, 1994.

BAGNO, Marcos. *A língua de Eulália*: novela sociolinguística. São Paulo: Contexto, 1997.

_____. *Pesquisa na escola*. São Paulo: Loyola, 1998.

_____. *Preconceito linguístico: o que é, como se faz*. 2. ed. São Paulo: Loyola, 1999.

BENVENISTE, E. A forma e o sentido da linguagem. In: _____. *Problemas de linguística geral II*. Campinas: Pontes, 1974.

CIPRO NETO, P.; INFANTE, U. *Gramática da língua portuguesa*. São Paulo: Scipione, 1997.

FIGUEIRA, R. A. O erro como dado de eleição nos estudos da linguagem. In: CASTRO, M. F. P. (Org.). *O método e o dado no estudo da linguagem*. Campinas: Unicamp, 1996.

GNERRE, Maurizio. *Linguagem, escrita e poder*. São Paulo: Martins Fontes, 1985.

KOCH, Ingedore Villaça. *Argumentação e linguagem*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

_____. *O texto e a construção dos sentidos*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1998.

_____; TRAVAGLIA, Luiz C. *Texto e coerência*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *O português são dois ... novas fronteiras, velhos problemas*. São Paulo: Parábola, 2004.

PERINI, Mário A. *Sofrendo a gramática*. São Paulo: Ática, 1997.

POSSENTI, Sírio. *Por que (não) ensinar gramática na escola*. São Paulo: Mercado de Letras, 1997.

_____. Língua: sistema de sistemas. In: DAMASCENO, B. P.; COUDRY, I. H. (Eds.). *Temas em neuropsicologia e neurolinguística*. v. 4. São Paulo: SBNp, 1995.